



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638569 - SP (2021/0001267-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : LUIZ FERNANDO MARQUES GOMES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO MARQUES GOMES DE OLIVEIRA -
SP242824
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIZ FERNANDO IURA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIZ FERNANDO IURA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - RUA DA GLÓRIA (Revisão Criminal n. 0050520-03.2019.8.26.0000).

O paciente manejou revisão criminal perante o Tribunal de Justiça estadual, visando a desconstituição do édito condenatório operado em seu desfavor, constando das informações anexadas ao *mandamus* a conclusão ao relator desde 7/10/2020 (fl. 9).

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal no feito, diante do excesso de prazo no julgamento da revisão criminal, que não possui previsão de inclusão em pauta, conforme andamento anexado.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que este Sodalício determine ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que dê andamento ao julgamento da revisão criminal em apreço.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente